

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

São Paulo, 16 de março de 2023 - Vivara Participações S.A. (B3: VIVA3; Bloomberg: VIVA3 BZ), a maior rede de joalherias da América Latina, apresenta hoje seus resultados do ano de 2022.

#### MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Nos últimos dois anos, fortalecemos o nosso planejamento estratégico, para definir os melhores caminhos a seguir e nos estruturamos para transformar a história da Vivara e entregar o melhor ano da história. Se eu pudesse definir o ano de 2022 em uma frase, diria que esse foi o ano da colheita. Os projetos que implementamos nos dois últimos anos foram fundamentais para a melhoria de eficiência das nossas operações. O tripé de atuação da Vivara, que uma operação de varejo, indústria e gestão de marca, foi o direcionador para a estruturação das iniciativas que trilhamos, para ampliar, ainda mais, nossa liderança de mercado.

Em 2022, atingimos 17,4% de *market share*, nos últimos dois anos, expandimos nossa liderança em 4,1 p.p. O faturamento expressivo de R\$ 2,3 bilhões, registrado nesse ano, veio acompanhado pela melhoria de rentabilidade bruta em todas as categorias e com alavancagem operacional, impulsionada pelas despesas gerais e administrativas. Vimos a nossa marca Life ganhar ainda mais robustez e se materializar como a segunda maior joalheria do país, com mais de R\$ 746,0 milhões de receita e 72 pontos de venda exclusivos, espalhados pelo país. O projeto de empoderamento da marca ganhou ainda mais força e estabeleceu a Life como o grande driver de crescimento para os próximos anos. Com o monitoramento constante de indicadores que vão desde a maturação das lojas, até a canalização da categoria e, consequentemente, coexistência dos canais Life e Vivara, ganhamos ainda mais confiança para seguir com a expansão acelerada desse canal.

A expansão orgânica das marcas Life e Vivara foi um dos grandes destaques do período. Com foco em qualidade na execução, concretizamos o maior plano anual de expansão, com a adição de 53 novas lojas. Em 2023, vamos buscar ainda mais entendimento das jornadas dos nossos clientes e da nossa força de vendas para os dois canais, para identificar oportunidades e aprimoramento do nível de serviço. A indústria ganhou ainda mais relevância na estratégia e alocação de capital. Em 2022, buscamos mapear todos os processos produtivos para direcionar o projeto da nova fábrica com foco em melhoria de eficiência e mais qualidade das peças produzidas. A nossa indústria entregou mais de 3,7 milhões de peças, em 2022, incorporou novas tecnologias e agora se prepara para o futuro. Em 2023, a nova fábrica estará pronta para garantir mais capacidade instalada e ainda mais qualidade aos produtos desejados pelos nossos clientes.

Nossa marca segue como o nosso maior e mais importante ativo. Fomos ranqueáveis por 50% de todas as buscas por joias no Google e, pelo segundo ano consecutivo, fomos ranqueados pela Deloitte entre as 100 marcas de luxo mais poderosas do mundo e entre as 15 marcas que mais cresceram.

Em um ano em que o setor de joalheria busca caminhos para avançar na agenda de mineração responsável, a Vivara se posiciona como referência absoluta para o setor, defendendo e apoiando formas justas e éticas de mineração, entendendo que assim promove o desenvolvimento sustentável do país, com respeito à vida, às pessoas e ao meio ambiente. Todo o ouro de primeira extração utilizado na nossa produção vem de minas brasileiras da região de Goiás e Minas Gerais, fora de áreas indígenas, e com certificação LBMA - London Bullion Market Association, conhecido como "Ouro Responsável" e adquirido da mineradora Anglo Gold Ashanti, que está entre as maiores produtoras de ouro do Brasil, com mais de 180 anos de mercado, garantindo que toda a extração e operação das minas seja feita de maneira correta e justa. Ainda, como líderes de mercado, entendemos o nosso papel de construir uma agenda de desenvolvimento sustentável e atuar de forma direta para discussões importantes no fortalecimento do setor. E com o objetivo de liderar pelo exemplo, nos tornamos, a primeira e a única joalheria brasileira a obter a certificação RJC - Responsible Jewellery Council, que chancela processos éticos e responsáveis na cadeia produtiva do setor de joias e relógios. Através de um criterioso processo de auditoria externa em todas as nossas operações, fomos assegurados, quanto a nossa diligência e responsabilidade social e ambiental, em nossa cadeia produtiva, desde a origem da matéria-prima, passando pelo processo produtivo, até a venda de nossas joias.

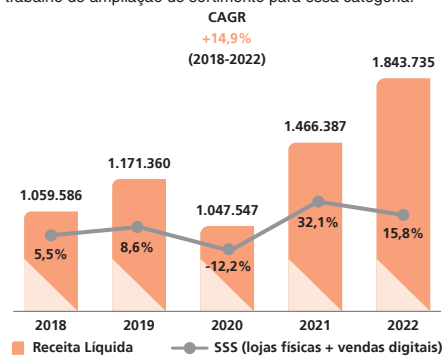
Somos também membros da IRMA - Initiative for Responsible Mining Assurance, uma comunidade global que engaja mineradoras, indústrias, entidades setoriais, organizações não governamentais e sociedade civil em boas práticas e na responsabilidade compartilhada na cadeia produtiva. Atualmente, cerca de 25% do ouro utilizado para a confecção das joias é proveniente de campanhas de economia circular (Semana Ouro), otimizando o rendimento de recursos e fazendo circular os produtos em desuso. A reutilização do ouro evita a emissão de 98% de CO2 se comparado à extração primária.

Acreditando também que as melhores pessoas, fazem o melhor lugar para se trabalhar, em 2022 a Vivara recebeu pela primeira vez a Certificação Great Place to Work®, que reconhece todas as organizações que fazem um excelente trabalho com seus colaboradores. O Great Place to Work® (GTPW) é uma consultoria global que apoia organizações a obter resultados melhores, por meio de uma cultura de confiança, alto desempenho e inovação. Seguimos com muitos desafios, mas como somos incansáveis em entregar mais e melhor, entramos em 2023 com clientes de que o melhor ano ainda está por vir. Meu muito obrigado aos que confiam no nosso trabalho, em especial, às pessoas, que ao meu lado, têm garantido a entrega consistente de resultados surpreendentes.

Paulo Kruglensky - CEO

#### COMENTÁRIO DE DESEMPENHO FINANCEIRO

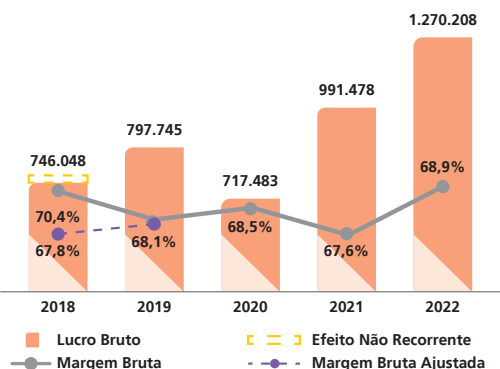
**RECEITA**  
Em 2022, a Receita Líquida da Companhia cresceu 25,7%, em relação ao ano anterior. O destaque do ano foi o crescimento de 36,3% da Receita da categoria Life, que atingiu R\$ 746,1 milhões. Em 2022, o faturamento da categoria Life chegou a 32,4% da receita total da Companhia, + 2,7 p.p. na comparação com o ano anterior. A R.p. da categoria de joias registrou 19,8% de crescimento em relação a 2021, atingindo R\$ 1,2 bilhão, reflexo do trabalho de ampliação de sortimento para essa categoria.



- O faturamento das lojas físicas foi 31,1% maior que o registrado em 2021. Esse desempenho é explicado (i) pelo crescimento de vendas mesmas lojas (SSS de lojas físicas) que atingiu 20,9%, e (ii) pelo aumento de 18,3% de área de vendas, com a adição recorde de 53 novas lojas, das marcas Life e Vivara. A Companhia encerrou o ano com 336 operações, sendo 243 lojas Vivara, 72 lojas Life e 21 quiosques.
- As lojas exclusivas da marca Life registraram R\$ 212,3 milhões de receita, representando 10,7% das vendas de lojas físicas e 9,2% das vendas totais. A curva de maturação acelerada e os baixos níveis de canalização registrados de forma consistente pelas lojas inauguradas, ao longo dos meses são os balizadores da decisão de manter o ritmo acelerado de expansão desse canal.
- As Vendas Digitais registraram 13,3% de participação na Receita da Companhia, atingindo R\$ 306,1 milhões, -4,4% de retração na comparação com ano passado. Esse resultado é reflexo, principalmente, do aumento do fluxo nos shoppings e retomada do protagonismo das lojas físicas na jornada do cliente e da estratégia de marketing da Companhia que, em 2022, buscou mais foco em branding e menor participação em campanhas promocionais.
- O Same Store Sales (SSS Lojas físicas + vendas digitais) total no período foi de 15,8%.

#### LUCRO BRUTO E MARGEM BRUTA

- O Lucro Bruto de 2022 totalizou R\$ 1.270,2 milhões, aumento de 28,1% em relação ao ano anterior, com expansão de 1,3 p.p. na Margem Bruta, que atingiu 68,9%.
- A Margem Bruta do ano atingiu 68,9%, refletindo a maior participação da categoria Life nas vendas da Companhia e a correta política de precificação, que em conjunto foram mais que suficientes para neutralizar o efeito do aumento de despesas da fábrica no período.



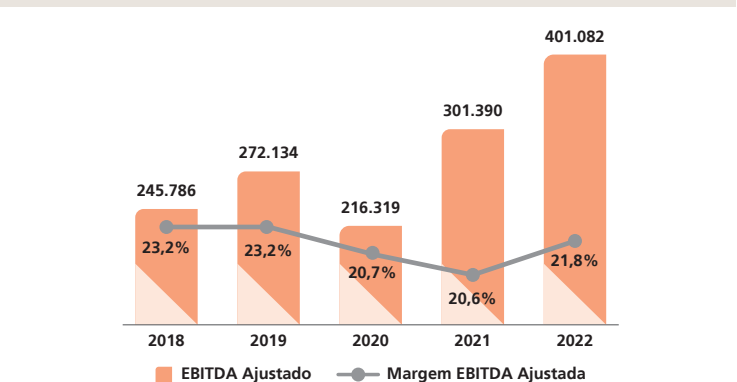
#### DESPESAS OPERACIONAIS

Despesas Operacionais	2022	2021	Δ % 22vs21
<b>Despesas Operacionais (SG&amp;A)</b>	<b>(784.611)</b>	<b>(618.855)</b>	<b>26,8%</b>
% Receita Líquida	-42,6%	-42,2%	(0,4 p.p.)
Despesas com Vendas	(589.440)	(457.609)	28,8%
% Receita Líquida	-32,0%	-31,2%	(0,8 p.p.)
Despesas Gerais e Administrativas	(195.171)	(161.246)	21,0%
% Receita Líquida	-10,6%	-11,0%	0,4 p.p.
Outras Despesas (Receitas) Operacionais	(2.106)	(9.338)	77,4%
<b>Total de Despesas</b>	<b>(786.718)</b>	<b>(628.194)</b>	<b>-25,2%</b>

- Em 2022, as Despesas Operacionais (Vendas, Gerais e Administrativas - ex. Depreciação) cresceram 26,8%, atingindo R\$ 784,6 milhões, o equivalente a 42,6% da Receita Líquida do período. O destaque positivo foi às Despesas Gerais e Administrativas que apresentaram alavancagem operacional, neutralizando parte da pressão incorrida pela aceleração da expansão.
- As Despesas com Vendas aumentaram 28,8%, uma pressão de 0,8 p.p. em relação ao ano anterior, impactadas, principalmente, (i) pelo aumento das despesas de pessoal e aluguel em razão da aceleração do plano de expansão, com a adição de 53 novas lojas no ano, além de um volume expressivo de 28,3% do parque ainda em maturação, e o consequente impacto das despesas fixas; (ii) pelo reajuste das operadoras de cartão de crédito, após 2 anos de congelamento de preços; e (iii) pelo aumento das despesas de marketing em virtude da expansão e empoderamento da marca Life, bem como pela campanha de 60 anos da Companhia.
- As Despesas Gerais e Administrativas cresceram 21,0%, o equivalente a 10,6% da Receita Líquida do ano. A alavancagem operacional de 0,4 p.p. reflete a estrutura administrativa normalizada da Companhia desde a abertura de capital em outubro de 2019. A diluição registrada é uma importante sinalização de tendência a ser observada para os próximos anos.

#### EBITDA AJUSTADO

- Em 2022, a Companhia registrou R\$ 401,1 milhões de EBITDA<sup>1</sup> Ajustado, com Margem EBITDA Ajustada de 21,8%. O crescimento de 33,1% reflete o bom ritmo de vendas, a correta composição de estoque em todas as categorias e o rígido controle orçamentário.
- O impacto das Despesa com Vendas foi mais que neutralizado pela expansão de 1,3 p.p. de Margem Bruta e pela alavancagem operacional vinda das Despesas Gerais e Administrativas.



<sup>1</sup> EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Instrução CVM nº 527/12. A partir do cálculo acima, é realizado o ajuste para eliminação de efeitos não recorrentes no resultado e, para melhor comparabilidade, exclui-se também o efeito da adoção do CPC06/IFRS16, que entrou em vigor em 1 de janeiro de 2019, os ajustes geram o EBITDA Ajustado.

#### RESULTADO FINANCEIRO

- O Resultado Financeiro líquido do ano de 2022 foi de -R\$ 45,3 milhões, principalmente, pelo aumento das despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos, em razão da variação da taxa de juros referência nos últimos 12 meses.

#### IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

- Imposto de Renda e Contribuição Social do ano foi positivo em R\$ 29,8 milhões, comparativamente a R\$ 35,3 milhões em 2021.

#### LUCRO LÍQUIDO

Reconciliação do Lucro Líquido (R\$ mil)	2022	2021	Δ % 22vs21
Lucro Líquido	360.854	398.490	20,9%
Margem Líquida (%)	19,6%	20,4%	(0,8 p.p.)
Efeito one-of (IR/CSLL)	-	(11,378)	na
<b>Lucro Líquido Recorrente</b>	<b>360.854</b>	<b>287.112</b>	<b>25,7%</b>
Margem Líquida Recorrente (%)	19,6%	19,6%	(0,0 p.p.)

Lucro Líquido Recorrente é uma medida não contábil e não faz parte do escopo da auditoria. A medida foi utilizada pela Companhia para melhor comparabilidade dos períodos analisados. Para tal medida, a Companhia excluiu o efeito não recorrente, referente ao (i) reconhecimento dos créditos de IRPJ e CSLL sobre a inconstitucionalidade da tributação da correção Selic sobre débitos tributários de R\$ 18,9 milhões no ano de 2021 e (ii) pela baixa de créditos de PIS/COFINS, no montante de R\$ 7,5 milhões apresentada nas linhas de Outras Despesas (Receitas) Operacionais do ano de 2021.

- Assim, a Companhia apresentou Lucro Líquido de R\$ 360,1 milhões em 2022, aumento de 20,9% em relação ao ano anterior e Margem Líquida de 19,6%. A combinação do controle rigoroso de despesas e a eficiência na gestão de custos foram fundamentais para o resultado do período.

#### DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

- Em cumprimento às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM 480, os Diretores da Companhia declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as opiniões expressas no relatório de auditoria da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, emitido em 16 de março de 2023, com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas ao período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2022.

#### RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

- Em conformidade com a Instrução CVM nº 381/03, informamos que a Companhia e suas controladas adotam como procedimento formal consultar os auditores independentes Deloitte Touche Tohmatsu (Deloitte), no sentido de assegurar-se de que a realização da prestação de outros serviços não venha afetar sua independência e objetividade necessária ao desempenho dos serviços de auditoria independente. A política da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, a Deloitte não prestou outros serviços adicionais que ultrapassem 5% dos honorários de auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Vivara. Na contratação desses serviços, as políticas adotadas pela Companhia se fundamentam nos princípios que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem, de acordo com os padrões internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gerência no seu cliente, e (c) o auditor não deve representar legalmente os interesses de seus clientes. A Deloitte Touche Tohmatsu (Deloitte) declarou que a prestação dos serviços foi feita em estrita observância das normas contábeis que tratam da independência dos auditores independentes em trabalhos de auditoria e não representaram situação que poderiam afetar a independência e a objetividade ao desempenho de seus serviços de auditoria externa.

#### AGRADECIMENTOS

- Queremos agradecer a todos nossos clientes, colaboradores, acionistas, fornecedores, parceiros e a comunidade em geral pela confiança e parceria ao longo do ano de 2022.

### BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado			Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		12/2022	12/2021	12/2022	12/2021			12/2022	12/2021		
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>											
Caixa e equivalentes de caixa	4	108	5	160.036	325.588		12.a)	-	-	104.961	88.207
Títulos e valores mobiliários	5	-	-	155.139	141.707		12.b)	-	-	40.247	69.349
Contas a receber	6	-	-	663.797	531.777		15	-	-	116.970	127.176
Partes relacionadas a receber	18	59	62.645	-	-		13	238	238	92.338	78.046
Estoques	7	-	-	709.712	527.139		14	9	13.684	111.870	113.758
Impostos a recuperar	8	2.715	11.056	55.870	47.627		15	-	-	19.766	17.141
Despesas pagas antecipadamente e outros créditos		196	79	16.465	8.224		17.b)	2	58.183	2	58.183
Instrumentos derivativos ativo	15	-	-	-	1.158		17.b)	85.704	12.709	85.704	12.709
Total do ativo circulante		<u>3.078</u>	<u>73.785</u>	<u>1.761.019</u>	<u>1.583.220</u>		27	-	-	59.546	59.920
<b>NÃO CIRCULANTE</b>											
Títulos e valores mobiliários	5	-	-	67.692	186.405			-	-	1.010	1.010
Depósitos judiciais	16	-	-	28.213	15.016			-	-	13.157	1.131
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19.b)	-	-	199.153	112.318			-	-	64.836	27.177
Impostos a recuperar	8	-	-	181.693	156.048			728	287	15.176	20.489
Investimentos	9	1.743.063	1.404.047	-	-			<u>86.681</u>	<u>85.101</u>	<u>726.255</u>	<u>674.996</u>
Imobilizado	10	-	-	652.164	480.988			-	-	-	-
Intangível	11	-	-	42.240	29.874			-	-	-	-
Total do ativo não circulante		<u>1.743.063</u>	<u>1.404.047</u>	<u>1.711.155</u>	<u>980.649</u>						
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<u>1.746.141</u>	<u>1.477.832</u>	<u>2.932.174</u>	<u>2.563.869</u>						

### DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Para o Exercício Findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado			Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		12/2022	12/2021	12/2022	12/2021			12/2022	12/2021		
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>											
Lucro líquido do período		360.854	298.490	360.854	298.490						
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do período com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:											
Depreciação e amortização	21	-	-	113.940	71.830						
Encargos e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	15	-	-	33.092	17.925						
Encargos sobre arrendamento direto de uso locação	27	-	-	44.602	35.690						
Descontos obtidos sobre arrendamentos	27	-	-	(4.789)	(5.735)						
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	19	-	-	20	(29.820)						
Provisão para perdas de estoque	7	-	-	-	45						
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	16	-	-	6.579	9.704						
Perdas esperadas de crédito	6	-	-	(404)	281						
Resultado de equivalência patrimonial	9	(374.833)	(311.586)	-	-						
Baixa de ativo imobilizado e intangível	23	-	-	(1.764)	468						
Opções outorgadas		4.764	474	4.764	474						
Atualização monetária depósitos judiciais e impostos a recuperar	(87)	(141)	(1.072)	(3.178)	-						
Variação nos ativos e passivos operacionais:											
Contas a receber		-	-	(131.616)	(121.796)						
Partes relacionadas	(59)	-	-	-	-						
Estoques		-	-	(182.618)	(160.163)						
Impostos a recuperar		-	-	(32.510)	15.787						
Depósitos judiciais		-	-	(12.504)	(719)						
Outros créditos	(118)	(10)	(8.241)	(4.961)	-						
Fornecedores		-	-	(12.348)							



**VIVARA PARTICIPAÇÕES S.A.**  
CNPJ: 33.839.910/0001-11

**VIVA**  
B3 LISTED NM

→ continuação

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**  
Para o Exercício Findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Vivara Participações S.A. ("Vivara Participações" ou "Companhia") com sede social em São Paulo, é a "holding" que controla o Grupo Vivara, fundado em 1962, que tem por objeto a fabricação e venda de jóias e outros artigos. As demonstrações financeiras consolidadas contemplam as demonstrações financeiras da Companhia e das controladas Tellerina Comércio de Presentes e Artigos para Decoração S.A. ("Tellerina") e Conipa Indústrias e Comércio de Presentes, Menares e Artigos de Decoração Ltda. ("Conipa"). Os controladores da Companhia são Nelson Kaufman, Márcio Mofino Kaufman, Marina Kaufman Bueno Netto e Paulo Kruglensky que em conjunto detêm 57,9% das ações. A Tellerina tem sua sede social na cidade de Manaus - AM e centro administrativo na cidade de São Paulo - SP. A Tellerina tem como atividades preponderantes, por meio da rede de lojas sob a bandeiras "VIVARA" e "LIFE", a importação, a exportação e o comércio varejista e atacadista de jóias, bijuterias, artigo sem metais preciosos e suas ligas, folheados, pedras preciosas, relógios, instrumentos cronométricos, artigos de couro e semelhantes, bem como a prestação de serviços de "design" e de conserto de jóias em geral. Em 31 de dezembro de 2022, a Tellerina possuía 315 lojas e 21 quiosques (262 lojas e 26 quiosques em 31 de dezembro de 2021) em operação no Brasil. A Conipa tem sede na cidade de Manaus, Estado do Amazonas e como atividade preponderante a fabricação de artefatos de joalheria, ourivesaria e joalheria com a comercialização desses produtos no varejo e atacado, incluindo também os serviços prestados de reparação de jóias e relógios.

**2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

**2.1. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico é geralmente baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. **2.2. Declaração de conformidade:** Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 16 de março de 2023 e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". **2.3. Declaração de relevância:** Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração divulgou somente informações relevantes e que auxiliem os usuários dessas informações na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração afirma que todas as informações relevantes estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas na gestão do negócio. **2.4. Moeda funcional e de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, são mensurados usando o real (R\$), moeda do ambiente econômico no qual o Grupo atua, eleita moeda funcional do Grupo e também de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. **2.5. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revistas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais contas sujeitas a premissas e estimativas estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 8 - impostos a recuperar. • Notas explicativas nº 10 e nº 11 - determinação da vida útil e análise do valor recuperável ("impairment") do imobilizado e intangível. • Nota explicativa nº 15 - determinação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos. • Nota explicativa nº 16 - provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas. • Nota explicativa nº 19.b) - imposto de renda e contribuição social diferidos. • Nota explicativa nº 27 - Arrendamento de direito de uso. **2.6. Base de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia: • Tem poder sobre a investida. • Está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida. • Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos. A Companhia avalia se retém ou não o controle de uma investida se fatur e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente. A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram utilizadas demonstrações financeiras encerradas na mesma data-base e consistentes com as práticas contábeis da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes contábeis às demonstrações financeiras das controladas para adequar suas práticas contábeis àquelas usadas pela Companhia. Todos os saldos e transações de contas a receber e a pagar, bem como os investimentos na proporção da participação da investidora nos patrimônios líquidos e nos resultados, são controladas e os resultados são realizados, líquidos de imposto de renda e contribuição social, decorrentes de operações entre a Companhia e controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, são eliminados integralmente. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia os investimentos em controladas são reconhecidos por meio do método de equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas diretas, conforme demonstrado a seguir:

Controladas	% de participação
Tellerina	100
Conipa	100

**3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

**• Critério de reconhecimento de receita:** A receita de venda é reconhecida na demonstração do resultado quando for satisfatória a obrigação de desempenho, ou seja, quando houver a transferência física do produto prometido e o cliente obtiver o controle desse produto, preço for identificável e cumpridas as obrigações de performance. A receita de vendas é apresentada líquida de deduções, incluídos os impostos calculados sobre as vendas. **• Transações em moeda estrangeira:** Transações em moedas estrangeiras são inicialmente reconhecidas pelo valor de mercado das moedas correspondentes na data que a transação se qualifica para reconhecimento. Ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidas para o Real de acordo com a cotação do mercado nas datas dos balanços. Diferenças oriundas no pagamento, na conversão de itens monetários são reconhecidas no resultado financeiro. **• Instrumentos financeiros:** Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros: A classificação dos ativos e passivos financeiros segundo o CPC 48/IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Conforme o CPC 48/IFRS 9, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; valor justo por meio dos outros resultados abrangentes ("VJORA"); ou valor justo por meio de resultado ("VJRT"). As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros:

Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros mensurados a custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e perdas são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido também no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo em outros resultados abrangentes em função de sua característica de negociação antes do vencimento.

Sob o CPC 48/IFRS 9, um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros. • Seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. A tabela a seguir apresenta as categorias de mensuração do CPC 48/IFRS 9 para cada classe de ativos e/ou passivos financeiros.

Ativos	Nota explicativa	Categoria	CPC 48/IFRS 9		Consolidado	
			31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	4	Custo amortizado	108	5	160.036	325.588
Contas a receber	6	Custo amortizado	-	-	663.797	531.777
Contas a receber - partes relacionadas	18	Custo amortizado	59	62.645	-	-
Títulos e valores mobiliários	5	Custo amortizado	-	-	222.831	328.112
Instrumento derivativo - "swap"	15	VJR	-	-	-	1.158
Total ativos financeiros			167	62.650	1.046.664	1.187.635
			CPC 48/IFRS 9			
Passivos			Consolidado			
Fornecedores	12.a)	Custo amortizado	104.961	88.207		
Fornecedores - Convênio	12.b)	Custo Amortizado	40.247	69.349		
Empréstimos e Financiamentos	15	Custo amortizado	225.156	291.213		
Instrumento derivativo - "swap"	15	VJR	2.486	-		
Passivo de arrendamentos direito de uso	27	Custo amortizado	474.643	370.068		
Total passivos financeiros			847.493	818.837		

**Instrumentos financeiros:** A Administração utiliza instrumentos financeiros derivativos classificados como "swaps" para proteção de contratos em moeda estrangeira e quando houver contratos com taxas pré-fixadas. Tais instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que o contrato derivativo é celebrado e, posteriormente, mensurados pelo valor justo na data de cada balanço. Estes contratos devem possuir os mesmos prazos, datas para pagamento de juros e principal e serem contratados com o mesmo conglomerado financeiro do objeto de "hedge". Estes instrumentos são classificados como instrumentos financeiros "mensurados ao valor justo" e suas variações são reconhecidas no resultado financeiro. **• Demonstração do valor adicionado:** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e suas controladas e sua distribuição durante determinado exercício, e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Tais demonstrações são preparadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, registros complementares, e segundo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC-09 - Demonstração do Valor Adicionado ("DVA"). **• Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e investimentos temporários de curto prazo com prazos para resgate de até 90 dias da data da aplicação. Os investimentos temporários são representados substancialmente por Certificados de Depósito Bancário - CDBs e são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data de apresentação das demonstrações financeiras, que não excedem o seu valor de realização. **• Títulos e valores mobiliários:** Os investimentos em títulos e valores mobiliários são representados por aplicações financeiras em fundos de investimentos e letras financeiras emitidas por instituições bancárias com prazos para resgate superiores a 90 dias da data da aplicação. **• Contas a receber e provisão para perdas esperadas de crédito:** As contas a receber de clientes correspondem aos recebíveis pelas vendas de mercadorias e estão registradas aos valores nominais das faturas e deduzidas da provisão para perdas esperadas de crédito. Os saldos de contas a receber são registrados inicialmente pelo valor da transação, que corresponde ao valor de venda, e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado. A provisão para perdas esperadas de crédito é mensurada na data da transação considerando a vida toda dos recebíveis. A Companhia adota matriz de risco de crédito com base na experiência histórica de perdas baseadas na idade média de vencimento por faixa de títulos. **• Estoques:** Mensurados pelo custo de aquisição ou produção e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso de estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação com base na capacidade operacional normal. Os estoques são valorizados ao custo médio ponderado e deduzidos das perdas estimadas, quando aplicável. **• Imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado. **Custos subsequentes:** São capitalizados apenas quando é provável que os benefícios econômicos incorpados no componente fluirão para a Companhia e o seu custo possa ser medido de forma confiável. Os custos de manutenção recorrente são reconhecidos no resultado, quando incorridos. **Depreciação:** Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou, no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear com base na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo.

Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obtiverá a propriedade do bem no fim do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas dos itens significativos do ativo imobilizado para o exercício corrente e o comparativo são as seguintes:

Vida útil - anos	10	10	10	10	5	3	4 a 10	3	5
Máquinas e equipamentos									
Instalações									
Móveis e utensílios									
Hardware									
Benefetórias em propriedade de terceiros									
Direito de uso locação de imóveis									
Direito de uso - cloud									
Veículos									
Pontos comerciais									

A vida útil estimada dos bens do imobilizado são revisadas anualmente na data de encerramento das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Quando aplicável, os efeitos decorrentes de alterações na vida útil remanescente são registrados prospectivamente. **• Intangível:** Representado pelo custo de aquisição de exploração de ponto comercial com amortização determinada conforme o prazo do contrato de locação, que para as lojas e quiosques são de cinco anos. A aquisição de ponto comercial não é feita para todos os pontos de venda da rede, pois em determinadas localidades esse custo não é necessário. Registram também os softwares adquiridos de terceiros, inclusive os em desenvolvimento.

**• Investimento:** Os investimentos apresentados nas demonstrações financeiras individuais são ajustados pelo método de equivalência patrimonial. **• Redução ao valor recuperável ("impairment"):** A Administração analisa anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado (redução ao valor recuperável dos ativos). Caso tais evidências estejam presentes, é estimado o valor recuperável do ativo, sendo este o maior valor entre: (i) seu valor justo menos os custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (ii) seu valor em uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, é reconhecida a redução (provisão) do saldo contábil desse ativo ("impairment"). **• Direito de uso e Arrendamentos:** Direito de uso locação de imóveis é representado pelo valor presente do fluxo de pagamento de aluguéis fixos ou mínimos nos contratos de arrendamento dos imóveis das lojas, fábrica e escritórios da Companhia. É reconhecido no ativo como um item do imobilizado e no passivo como obrigação do Arrendamento de direito de uso. Os ativos reconhecidos são amortizados pelo prazo do contrato de arrendamento incluindo uma renovação automática por igual período. Aos passivos de arrendamento são apropriados os juros calculados na determinação do valor presente, com taxas de descontos demonstradas na nota explicativa nº 27, pelo prazo do contrato de arrendamento incluindo uma renovação automática por igual período. Anualmente, conforme índices e prazos definidos em contrato para fins de reajuste do arrendamento, o direito de uso é remensurado. **• Provisões:** Reconhecidas quando: - A Companhia tem uma obrigação presente (legal ou presumida) como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. - São quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, utilizando a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. São atualizadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelo montante estimado das perdas prováveis, observada sua natureza e apoiada na opinião dos assessores jurídicos. **• Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros que são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem as despesas bancárias que são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. **• Imposto de renda e contribuição social:** **Impostos correntes e diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240, para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos, os quais são reconhecidos no resultado. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e qualquer ajuste aos imposto a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias e prejuízos fiscais e base negativa entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera que sejam aplicadas às diferenças temporárias e prejuízos fiscais e base negativa quando elas forem realizadas, com base nas leis que foram decretadas, ou substancialmente decretadas, até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais e diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles estejam relacionados a imposto de renda lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **Incentivos fiscais - lucro da exploração:** Devido ao fato de sua fábrica de jóias estar situada na área da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e mediante o Ato Declaratório Executivo da Delegacia da Receita Federal em Manaus nº 146, de 25 de novembro de 2011, a Conipa possui incentivo de redução do valor do IRPJ a pagar equivalente a 75% do valor apurado sobre o lucro da exploração, aplicado sobre as vendas dos produtos de fabricação própria produzidos na Zona Franca de Manaus, reconhecidas no resultado e, posteriormente, destinadas à reserva de capital no patrimônio líquido. Em virtude do benefício concedido, a Conipa está obrigada a: (i) cumprir a legislação trabalhista e social e das normas de proteção e controle do meio ambiente; (ii) aplicar valores da redução do IRPJ em atividade diretamente ligada à produção na área de atuação da SUDAM; (iii) constituir reserva de capital com o valor resultante da redução, a qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízo ou aumento de capital social; (iv) proibir distribuição aos sócios ou acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução, sob pena de perda do incentivo e da obrigação de recolher, com relação à importância distribuída, o imposto que a Conipa tiver deixado de pagar, sem prejuízo da incidência do imposto sobre o lucro distribuído como rendimento e das penalidades cabíveis; e (v) apresentar anualmente declaração de rendimentos, indicando o valor da redução correspondente ao exercício, observadas as normas em vigor sobre a matéria. **Incentivos fiscais - créditos presumidos de ICMS:** As controladas Tellerina e Conipa possuem benefício fiscal de crédito presumido do ICMS, que prevê a redução da alíquota do ICMS na tributação das saídas sem o direito de crédito nas entradas, nos Estados do Amazonas, Bahia, Minas Gerais, Pará e Rio de Janeiro. O benefício é para reinvestimento nos referidos Estados e é registrado como Receita de Subvenção. Os valores relativos aos incentivos são destinados a reserva no Patrimônio Líquido e não podem ser distribuídos como lucro para a Companhia.

**• Lucro por ação:** O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas pelas opções de compra de ações exercíveis. **• Segmentos operacionais:** Os segmentos operacionais são apresentados de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões da Companhia, que é o CEO do Grupo, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais.

**4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	-	-	7.365	5.806
Bancos conta movimento	108	5	2.938	4.179
Aplicações financeiras (a)	-	-	145.793	315.603
Total	108	5	160.036	325.588

(a) As aplicações financeiras são compostas pelas modalidades descritas no quadro abaixo:

	Consolidado		Taxa média	
	31/12/2022	31/12/2021	ponderada do CDI	ponderada do CDI
CDB	137.294	103,1%	301,095	92,8%
Operação Compromissada	-	-	11.284	80%
Aplicações automáticas	12.439	10%	3.224	10%
Total	149.733	-	315.603	-

**5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

As aplicações financeiras estão compostas conforme quadro a seguir:

	Consolidado		Rentabilidade	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fundos de investimentos (a)			Variável	Variável
Letras financeiras (b)			62% do CDI	86% do CDI
Total	222.831	328.112		
Ativo circulante	155.139	141.707		
Ativo não circulante	67.692	186.405		
Total	222.831	328.112		

(a) os fundos de investimentos foram resgatados até abril de 2022 e tiveram rentabilidade média ponderada de 0,81% a.m. entre janeiro e abril de 2022, (0,73% a.m. em 31 de dezembro de 2021). (b) as letras financeiras são títulos de renda fixa pré ou pós-fixados, emitidos por Instituições Financeiras com alto rating de avaliação, com prazo mínimo de 2 anos, comprados no mercado primário e secundário. São investimentos de longo prazo com características semelhantes ao CDB. A Companhia ofereceu como garantia em empréstimos com instituições financeiras, com prazos de vencimentos até 2024, o montante de R\$500 dos recebíveis de cartão e R\$30.000 das aplicações em letras financeiras de longo prazo.

**6. CONTAS A RECEBER**

	Consolidado		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Operadoras de cartões	657.646	527.056		
Cheques a compensar	1.527	1.607		
Boletos	5.738	3.823		
Subtotal	664.911	532.486		
Provisão para perdas esperadas de crédito	(1.114)	(709)		
Total	663.797	531.777		

Os saldos a receber por idade de vencimento estão distribuídos conforme segue:

	Consolidado		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do período	(709)	(991)		
Complementos	(813)	(56)		
Reversões	408	338		
Saldo no fim do período	(1.114)	(709)		

**7. ESTOQUES**

	Consolidado		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Produtos acabados	479.467	332.692		
Matérias-primas	182.787	170.655		
Materiais de consumo e embalagens	22.947	8.860		
Estoque em trânsito e adiantamentos a fornecedores	29.521	19.311		
Provisão para perdas	(5.010)	(4.379)		
Total	709.712	527.139		

As controladas da Companhia constituem provisão para os estoques de giro lento e perdas estimadas no processo de derretimento de jóias em ouro e prata de coleções descontinuadas ou adquiridas de clientes. O reconhecimento dessas provisões é realizado pelo custo médio ponderado em estoque na data do balanço. São considerados como giro lento os produtos com ciclos de vendas cujo intervalo seja superior a doze meses. As perdas no processo de derretimento de jóias não são relevantes percentualmente devido à tecnologia utilizada na recuperação das matérias-primas envolvidas (ouro, prata e pedras). A movimentação da provisão para perdas dos estoques está demonstrada a seguir:

	Consolidado		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do período	(4.379)	(6.171)		
Complementos	(1.919)	(2.058)		
Reversões	1.874	3.850		
Saldo no fim do período	(4.424)	(4.379)		

**8. IMPOSTOS A RECUPERAR**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ (a)	2.715	11.056	68.549	70.112
Imposto Social sobre o Lucro Líquido - CSLI (a)	-	-	23.184	22.636
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (b)	-	-	139.894	108.227
Imposto sobre Produto Industrializado - IPI	-	-	5.893	-
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	-	-	-	2.700
Outros Impostos a Recuperar	-	-	43	





VIVARA PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 33.839.910/0001-11

B3 LISTED NM

→ continuação

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**  
Para o Exercício Findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

**27. ARRENDAMENTOS DIREITO DE USO**

Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo possuía 341 (293 em 31 de dezembro de 2021) contratos de locação de lojas, quiosques, fábrica e centro administrativo firmados com terceiros. Deste total, 51 (64 em 31 de dezembro de 2021) contratos se enquadraram nos critérios de isenção de reconhecimento do direito de uso e foram classificados como arrendamento operacional. Os alugueis variáveis, de contratos de curto prazo ou de baixo valor que não foram reconhecidos como direito de uso do período estão registrados na rubrica "Alugueis e condomínios" demonstrada na nota explicativa nº 21, totalizam R\$17.139 (R\$15.407 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia chegou às suas taxas de desconto, com base na taxa referencial BM&FBovespa da Dlxpré, 252 dias úteis, obtida na B3, para a data-base da adoção inicial (taxa de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro), para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da Companhia ("spread" de crédito). Os "spreads" foram obtidos por meio de sondagens junto aos principais bancos com os quais a Companhia mantém operações de dívida. Em 31 de dezembro de 2022, os 290 contratos de locação (229 em 31 de dezembro de 2021), classificados como arrendamento de direito de uso, possuem prazos de vencimentos entre 5 e 10 anos e a taxa média ponderada de desconto no período é de 11,51% ao ano (11,55% ao ano em 31 de dezembro de 2021). A Companhia, em conformidade com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, na mensuração e na remuneração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado considerando a taxa nominal e sem considerar os efeitos de inflação futura projetada, nos fluxos descontados. Para atendimento ao Ofício da CVM nº 02/2019 divulga-se os *inputs* mínimos para fins de projeção do modelo taxa nominal e fluxo de caixa descontado recomendados pela CVM, usando como parâmetro a inflação média entre a taxa CDI e IPCA obtida no site da B3, data-base 31 de dezembro de 2022. A tabela abaixo evidencia as taxas de desconto e de inflação futura praticadas, vis-à-vis os prazos de contratos:

Contratos por prazo e taxa de desconto			
Prazo dos contratos	Qtd. contratos	Taxa de desconto	Taxa média de inflação futura
5 anos	7	10,67%	6,27%
6 anos	9	11,05%	6,33%
7 anos	48	11,36%	6,36%
8 anos	17	11,55%	6,40%
9 anos	40	11,72%	6,36%
10 anos	169	11,88%	6,35%
Total	290		

Os saldos e a movimentação dos passivos de arrendamentos de direito de uso no período são:

	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Saldo no início do exercício	370.068	275.228
Adição de novos contratos	111.993	46.164
Remensuração	66.776	82.466
Baixas do exercício	(25.312)	(966)
Encargos financeiros apropriados	44.602	36.690
Descontos arrendamento	(4.789)	(5.735)
Pagamentos de juros	(42.815)	(32.984)
Pagamentos de principal	(45.880)	(29.795)
Saldo no final do exercício	474.643	370.068
Passivo circulante	59.546	59.920
Passivo não circulante	415.097	310.148
Total	474.643	370.068

Conforme requeridos pelo CPC 06 (R2)/IFRS 16, a Companhia apresenta no quadro abaixo a análise de maturidade de seus contratos, prestações não descontadas, conciliadas com saldo no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022:

	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Vencimento das prestações:		
2022	-	101.689
2023	106.766	84.413
2024	105.854	82.845
2025	100.960	242.820
2026	88.240	-
2027 em diante	280.198	-
Total das parcelas não descontadas	682.018	511.768
Juros embutidos	(207.375)	(141.700)
Saldo passivo de arrendamentos de direito de uso	474.643	370.068

Em 31 de dezembro de 2022, o potencial crédito de PIS e COFINS sobre o fluxo contratual bruto é de R\$63.087 e trazido a valor presente pelo prazo médio ponderado é de R\$43.904. A movimentação dos saldos do ativo de direito de uso é evidenciada no quadro abaixo:

	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Saldo no início do período	462.183	320.442
Adição de novos contratos	111.993	46.164
Remensuração	66.776	82.466
Baixas do exercício	(36.499)	(1.098)
Custos diretos - pontos comerciais	18.507	14.210
Saldo no final do período	622.960	462.183
Despesa de amortização do período	(72.627)	(47.196)

**28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

**a) Categorias de instrumentos financeiros:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Ativos financeiros</b>				
Custo amortizado:				
Caixa e equivalentes de caixa	108	5	160.036	325.588
Contas a receber	-	-	663.797	531.777
Títulos e valores mobiliários	-	-	222.831	328.112
Contas a receber - partes relacionadas	59	62.645	-	-
Subtotal	167	62.650	1.046.664	1.185.477
Valor justo por meio de resultado:				
Instrumentos derivativos	-	-	-	1.158
Total ativos financeiros	167	62.650	1.046.664	1.186.635
<b>Passivos financeiros</b>				
Custo amortizado:				
Fornecedores	-	-	104.951	88.207
Fornecedores - Convênio	-	-	40.247	63.349
Juros sobre o Capital Próprio a pagar	2	58.183	2	58.183
Dividendos a pagar	85.704	12.782	85.704	12.782
Arrendamentos de direito de uso a pagar	-	-	474.643	370.068
Empréstimos e financiamentos	-	-	225.156	291.213
Subtotal	85.706	70.955	930.703	889.802
Valor justo por meio de resultado:				
Instrumentos derivativos	-	-	-	2.486
Total passivos financeiros	85.706	70.955	933.189	889.802

**b) Riscos financeiros:** As atividades da Companhia e de suas controladas são expostas a diversos riscos financeiros: de mercado (câmbio e juros), de crédito e de liquidez. A gestão de riscos da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro. **c) Gestão do risco de taxa de câmbio:** Em virtude de obrigações financeiras assumidas pela Companhia, denominadas em dólares norte-americanos, foi implementada uma política de proteção cambial que estabelece níveis de exposição vinculados a esse risco, em que são contratadas operações com instrumentos financeiros derivativos do tipo "swap". A exposição cambial líquida da Companhia está demonstrada a seguir:

Tipo de operação	Consolidado 31/12/2022			
	Instituição Financeira	Valor da Divida	Instrumento derivativo	Exposição líquida
Resolução 4131	Banco Santander	50.886	(50.886)	-
Total de empréstimos e financiamentos		50.886	(50.886)	-
Fornecedores estrangeiros (*)		(47.943)	-	47.943
Total da exposição cambial		98.829	(50.886)	47.943
Cotação dólar balanço		5.2177	5.2177	9.189
Total da exposição em dólares		169.941	(9.753)	160.188

(\*) As controladas da Companhia importam de fornecedores estrangeiros mercadorias, matérias-primas e insumos para fabricação e comercialização. Essas compras são substancialmente denominadas em dólares norte-americanos e estão expostas à variação do câmbio. **c.1) Instrumentos derivativos:** A Companhia contratou operações de "swap" com o objetivo de minimizar o risco de exposição cambial gerado pelos empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira. Essas operações consistem na troca da variação cambial por uma correção relacionada a uma percentual da variação do CDI. A Companhia possui um contrato de empréstimo para o qual não foi contratado instrumento derivativo "swap" em virtude das taxas de juros pactuadas nessa operação. As operações de "swap" em aberto em 31 de dezembro de 2022 estão demonstradas a seguir:

Descrição	Valor de Referência		Efeito acumulado até 31/12/2022	
	Taxas (nacional)	Valor justo	mercado	a mercado
Posição ativa:				
Variação cambial - US\$	US\$ +2,3475% a.a.	48.400	48.400	-
Posição passiva:				
Variação do CDI	CDI + 1,2% a.a.	48.400	50.886	(2.486)
Valor líquido a pagar				(2.486)

O saldo passivo de R\$2.486 refere-se ao ajuste líquido a pagar, calculado a valor de mercado em 31 de dezembro de 2022, dos instrumentos financeiros derivativos em aberto naquela data, registrado na rubrica "Instrumentos derivativos". **d) Análise de sensibilidade: Risco de câmbio:** Para análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, a Administração entende que há necessidade de considerar somente o passivo com fornecedores estrangeiros que não está protegido do risco cambial, já que não possui instrumentos derivativos equivalentes registrados no balanço patrimonial. A exposição cambial dessas operações está demonstrada no quadro a seguir:

	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Total da exposição cambial em moeda nacional	47.943	47.943
Total da exposição cambial em moeda estrangeira	(9.189)	(9.189)
Assim, para a análise de sensibilidade está sendo aplicado somente o montante de R\$47.943, resultado das considerações explicitadas anteriormente. A taxa de câmbio do dólar norte-americano, no fechamento das demonstrações financeiras, foi de R\$5,2177. Para mensurar o impacto líquido estimado no resultado dos próximos 12 meses decorrente dos riscos de flutuação de moeda estrangeira, foi elaborada análise de sensibilidade ao risco da taxa de câmbio dos empréstimos em três cenários. No cenário I foi definida a taxa de câmbio de R\$5,1223 com base na cotação do dólar norte-americano futuro negociado na B3, limitado a 12 meses. No cenário II foi projetada de forma conservadora pela Administração, valorização de 5% do dólar norte-americano. Para o cenário III foi projetada desvalorização do dólar norte-americano em 2% de acordo com a cotação futura apresentada no Relatório Focus do Banco Central do Brasil de 13 de janeiro de 2022.		

**Risco do Grupo**

	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Valor nacional da exposição líquida (em moeda estrangeira)	9.189	9.189	9.189
Valor nacional da exposição líquida (em moeda local)	47.943	47.943	47.943
Valor projetado (em moeda local)	47.066	49.419	46.125
Impacto da variação cambial	(877)	1.476	(1.818)
Taxa do dólar norte-americano	5,1223	5,3784	5,0198

**Risco de taxa de juros:** Considerando que em 31 de dezembro de 2022 a totalidade dos empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira possuem contratos de "swap", trocando a indexação do passivo de moeda estrangeira para a variação do CDI, devido à política do Grupo de proteção de riscos cambiais, o risco passa a ser a exposição à variação do CDI. As aplicações financeiras e investimentos em letras financeiras da Companhia também estão expostas à variação do CDI de forma que a Companhia apresenta a exposição líquida ao risco de juros das operações vinculadas à variação do CDI:

	Consolidado 31/12/2022
Empréstimos e financiamentos expostos ao CDI	227.643
Aplicações financeiras de caixas e equivalentes expostas ao CDI	(149.733)
Aplicações em letras financeiras expostas ao CDI	(222.831)
Total da exposição ao CDI	(144.921)
À Administração considera o risco de grandes variações no CDI em 2023 e na análise de sensibilidade para o risco de aumento na taxa CDI que afetaria as receitas e despesas financeiras, foram considerados dois cenários projetados, com aumento de 5% e redução de 8,4% da taxa do CDI respectivamente, tendo como base a projeção da Selic ao final de 2022 em 12,50%, conforme relatório Focus do Banco Central do Brasil de 13 de janeiro de 2023.	

**Risco do Grupo**

	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Exposição líquida ao CDI	144.921	144.921	144.921
Valor projetado	144.921	145.910	143.259
Impacto da variação do CDI	-	989	(1.662)
Taxa do CDI	13,65%	14,33%	12,50%

**e) Gestão de risco de crédito:** As vendas são efetuadas para muitos clientes e substancialmente recebidas por cartões de crédito e débito, sendo o risco de crédito minimizado. **f) Gestão de risco de liquidez:** A gestão prudente do risco de liquidez implica manter disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que haja caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

	Até 1 ano	Até 2 anos	De 2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Operação					
Fornecedores	104.961	-	-	-	104.961
Fornecedores convênio	40.247	-	-	-	40.247
Juros sobre Capital Próprio a pagar	2	-	-	-	2
Dividendos a pagar	85.704	-	-	-	85.704
Empréstimos e financiamentos	142.869	93.564	-	-	236.433
Arrendamentos de direito de uso a pagar	106.766	105.854	269.691	199.707	682.018

**MEMBROS DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA**

<b>Paulo Kruglensky</b> Diretor Presidente	<b>Otávio Chacon do Amaral Lyra</b> Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	<b>Marina Kaufman Bueno Neto</b> Diretora de Marketing	<b>Helena Spindel</b> Diretora	<b>Patricia Célia Martins Butrico</b> Diretora
---	--	---	-----------------------------------	---

**CONTADOR**

<b>Rodrigo Alberto Ferreira</b> CRC 1SP254.508/0-1
---

**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Declaramos, na qualidade de diretores da Vivara Participações S.A., com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 15º andar, Torre A, conjunto comercial nº 152, Chácara Santo Antônio, CEP 04711-904, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.839.910/0001-11, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, referente às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o período entre 01 de janeiro de 2022 e 31 de dezembro de 2022, nos termos e para fins do parágrafo 1º, inciso V do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada.

<b>Paulo Kruglensky</b> Diretor Presidente	<b>Otávio Chacon do Amaral Lyra</b> Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	<b>Marina Kaufman Bueno Neto</b> Diretora de Marketing	<b>Helena Spindel</b> Diretora	<b>Patricia Célia Martins Butrico</b> Diretora
---	--	---	-----------------------------------	---

**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Declaramos, na qualidade de diretores da Vivara Participações S.A., com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 15º andar, Torre A, conjunto comercial nº 152, Chácara Santo Antônio, CEP 04711-904, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.839.910/0001-11, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o período entre 01 de janeiro de 2022 e 31 de dezembro de 2022, nos termos e para fins do parágrafo 1º, inciso V do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada.

<b>Paulo Kruglensky</b> Diretor Presidente	<b>Otávio Chacon do Amaral Lyra</b> Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	<b>Marina Kaufman Bueno Neto</b> Diretora de Marketing	<b>Helena Spindel</b> Diretora	<b>Patricia Célia Martins Butrico</b> Diretora
---	--	---	-----------------------------------	---

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Aos Acionistas e Administradores da Vivara Participações S.A.

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Vivara Participações S.A. ("Companhia")/identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequação, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Vivara Participações S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

**Bases para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria ("PAAs") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

**Realização de créditos tributários - Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS Porque é um PAA?**

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía o montante de R\$ 139.894 mil de créditos tributários de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, conforme divulgado na nota explicativa 8. Esse tema foi considerado significativo em nossa auditoria, pois: (i) os montantes desses créditos são relevantes em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022, (ii) a elaboração da análise de recuperabilidade dos créditos tributários de ICMS envolve julgamento por parte da Diretoria da Companhia para determinar e executar ações que permitam utilização dos créditos acumulados, bem como nas projeções de débitos futuros de ICMS em suas operações, incluindo considerações sobre regimes tributários especiais.

**Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) discussão sobre os critérios e premissas adotados pela Diretoria para avaliar a recuperabilidade dos créditos tributários de ICMS; (ii) análise dos controles e processos implementados pela Diretoria para reduzir o acúmulo dos créditos e a utilização dos mesmos; (iii) a avaliação da razoabilidade dos dados utilizados na elaboração da análise de recuperabilidade dos créditos tributários, incluindo a exatidão matemática dos cálculos incluídos nessa análise; (iv) avaliação sobre a aplicação da legislação tributária e dos regimes tributários especiais nas projeções utilizadas; e (v) análise das classificações e adequada divulgação nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio de nossos procedimentos de auditoria anteriormente descritos, consideramos que os critérios e as premissas adotadas pela Companhia relacionados à avaliação da recuperabilidade dos créditos tributários de ICMS, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

**Outros assuntos**

**Demonstrações do valor adicionado**

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em

31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, obtido antes da data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler as outras informações identificadas anteriormente e, ao fazê-lo, considerar se essas outras informações estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, apresentam estar distorcidas de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante nas outras informações obtidas antes da data deste relatório, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

**Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria tenha tentado liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a